



N.º 28

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO / DO MANDATO 2021/2025.

1 Aos dezanove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma
2 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu a Assembleia Municipal de Évora,
3 com a seguinte **Ordem do Dia**:

4 **I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

5 **II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 6
7
8 A) Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal.
9 B) Proposta de aprovação das atas número 26 da sessão ordinária de 29 de abril e
10 a número 27 da sessão ordinária de 13 de junho de 2025.

11 **III. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

12 **Nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta os**
13 **seguintes pontos:**

- 14
15
16
17 1. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem
18 como a situação financeira do mesmo (Para conhecimento);
19 2. Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com
20 a União de Freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras para o ano 2025;
21 3. Évora 2027 | Informação à Assembleia Municipal (Para conhecimento);
22 4. 18º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro junho de 2025
23 (Para conhecimento);
24 5. Relatório sobre a situação económica e financeira do Município de Évora relativa ao
25 1º semestre de 2025 (Para conhecimento).

26 **IV. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

27
28
29 O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão cumprimentando o senhor
30 Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os Deputados Municipais, o público
31 presente e os funcionários que asseguravam o funcionamento da Sessão.

32
33 Estiveram presentes os membros da Mesa:

34 **Presidente da Assembleia Municipal - Jorge Quina Ribeiro de Araújo**

35 **1º Secretário – Ananias Delfim Courelas Quintano**

36 **2ª Secretária - Maria da Nazaré Pereira Lança**

37
38 O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à chamada dos Deputados Municipais
39 eleitos, verificando as seguintes presenças e ausências:

- 1 - Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes
- 2 - Maria Clara Canotilho Grácio
- 3 - João Francisco Baeta Rebocho Simas (em substituição de Lília Graciete Zambujo
- 4 Fidalgo)
- 5 - José Maria Rodrigues Figueira
- 6 - Joaquim Manuel Manageiro Ramalho (em substituição de Gertrudes da Conceição
- 7 Gomes Pastor)
- 8 - António João Tonaco Gavela
- 9 - José Vitorino Piteira
- 10 - David Miguel Mirrado Lopes
- 11 - Maria Paula Alves Bagio Cadete Pita
- 12 - João Manuel Banha Correia (em substituição de Maria Cristina Correia Santos Mata)
- 13 - Paulo José Veiga Ribeiro (em substituição João Manuel Fialho de Sousa)
- 14 - Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro
- 15 - João Manuel Rodrigues Pereira (em substituição de Natanael José Carvalho da Vinha)
- 16 - Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo
- 17 - Bernarda Julieta da Noite Cota
- 18 - Luís Miguel Caeiro Nico Ramalho
- 19 - Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso
- 20 - Luís Carlos Fialho Pardal
- 21 - Redolfo Constantino Pereira
- 22 - Paula Cristina Nobre de Deus
- 23 - João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa
- 24 - Ana Raquel Simões de Abreu Taboleiros
- 25 - Francisco Manuel Branco de Brito
- 26 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
- 27 - Luís Maria Nunes dos Santos
- 28 - Diogo Costa Freitas Pestana de Vasconcelos
- 29 - Maria das Dores Molero Marques Costa

30
31 **Ausentes:**

- 32 - Joaquim António Filipe Pimpão
- 33 - Isidro José de Oliveira Lobo
- 34 - Bruno Manuel dos Santos Martins

35

36 A Câmara Municipal fez-se representar por:

- 37 - Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
- 38 - Alexandre Manuel Rosa Varela
- 39 - Lurdes Judite Dionisio Bravo Nico
- 40 - Florbela da Luz Descalço Fernandes
- 41 - Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita

42

43 **Ausentes:**

- 44 - Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim- Sim
- 45 - Patrícia José Correia Raposinho

46

47 **I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

48

49 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao período de intervenção do público
50 e questionou se alguém pretendia intervir. Não havendo nenhum pedido, deu início ao
51 Período de Antes da Ordem do Dia.

52

1 II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2
3 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que receberam 1 Moção e solicitou à
4 bancada do MCE que procedesse à apresentação da Moção.
5

6 **A Deputada Paula Pita** procedeu à leitura da Moção sobre Mobilidade, a qual se
7 transcreve na íntegra:

8 *“Nos dias 16 a 22 de setembro celebra-se a semana europeia da mobilidade, neste*
9 *período os europeus podem experienciar diversas atividades viradas sobretudo para a*
10 *mobilidade sustentável.*

11 *Évora não foge á regra e a Câmara Municipal divulgou um conjunto de atividades, que*
12 *irão decorrer neste período.*

13 *Contudo, a realidade dos últimos dias, em Évora tem sido bastante diferente. Para os*
14 *eborenses, e sobretudo com o regresso ás aulas desta semana, as questões do trânsito*
15 *voltaram a agudizar-se.*

16 *O início de setembro mostrou que em Évora o trânsito já não é um incómodo passageiro,*
17 *mas antes configura um desafio no dia a dia dos eborenses, constitui entrave para o*
18 *desenvolvimento económico e sobretudo, vai corroendo a nossa qualidade de vida.*

19 *O diagnóstico está feito, Évora enfrenta inúmeros desafios do ponto de vista da*
20 *Mobilidade, e tem obrigatoriamente que adotar políticas que mitiguem as alterações*
21 *climáticas.*

22 *O Grupo Municipal do MCE propõe ao atual executivo e ao próximo:*

23 *- Melhoria e redefinição de horários dos transportes públicos;*

24 *- Finalizar a ligação das ciclovias, tornando a cidade clicável, ou incrementando as*
25 *mobilidades suaves;*

26 *- A utilização de meios de transporte sem emissões ou emissões reduzidas para fins*
27 *turísticos;*

28 *- Diligenciar junto dos operadores, por forma a instalar carregadores de carros elétricos*
29 *nas freguesias rurais, aliando sustentabilidade ao turismo;*

30 *- Relevar o Plano Municipal de Adaptação ás Alterações Climáticas de Évora, cumpri-*
31 *lo, e se for necessário em algum momento robustecê-lo;*

32 *- Selo de residente gratuito no Centro Histórico, para imprimir critérios de justiça e*
33 *equidade.*

34 *Com a Capital Europeia da Cultura em 2027, deve Évora deixar marca em quem nos*
35 *visita, sobretudo dum território que soube reinventar-se, que concilia património, cultura*
36 *e um compromisso claro com um futuro sustentável.*

37 *Não se trata apenas duma questão de Mobilidade, é sobretudo uma questão de futuro, de*
38 *reputação e de dignidade coletiva.”*
39

40 **O deputado José Figueira** referiu, em relação à moção, que tinha algumas dúvidas, em
41 primeiro lugar, salientou que, relativamente às propostas em concreto, a MOBI já não
42 existia e, por isso, a competência era atualmente dos municípios, considerando a proposta
43 desajustada.

44 Em segundo lugar, afirmou que existiam propostas que a Assembleia Municipal não
45 podia executar nem deliberar, por serem competências exclusivas do município,
46 nomeadamente do executivo, da Câmara, como era o caso da questão do residente gratuito
47 no Centro Histórico, que tal matéria era do próprio executivo e que, nesse sentido, a
48 Assembleia estava não só a interferir numa competência própria, como também a
49 condicionar o futuro executivo.

50 Em terceiro lugar mencionou que havia outras matérias que eram igualmente da
51 competência do executivo, como a finalização da ligação das ciclovias e outras questões.
52 Considerou que a moção sobre a mobilidade deveria cingir-se ao reforço do trabalho

1 relacionado com o Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Évora,
2 entendendo que tal respondia ao plano de mobilidade.
3 Concluiu afirmando que as questões colocadas eram desajustadas e que, caso o
4 Movimento Cuidar de Évora mantivesse aquela posição, não restaria outra alternativa
5 senão votarem contra, por não poderem votar uma proposta que estava ferida de
6 ilegalidades.

7
8 **O deputado José Vitorino Piteira** declarou que se iria abster na moção, não porque não
9 concordasse com o que estava exposto na Moção, mas porque votaria a favor se fosse
10 retirado o parágrafo que referia, e citou, “propõe ao atual executivo e ao que sair das
11 eleições de 12 de outubro”. Acrescentou que, retirando essa parte, o seu voto seria
12 favorável, uma vez que, nem para o executivo atual, nem para o que viesse, tal proposta
13 tinha utilidade, considerando tratar-se de uma perda de tempo.

14
15 **O deputado Paulo Ribeiro**, respondendo ao deputado José Figueira, afirmou que todos
16 sabiam que a democracia tinha timings, contudo, que a apresentação da moção não se
17 prendeu apenas com o facto de coincidir com a Semana da Mobilidade, mas também
18 porque se tratava de um documento aberto, um ponto de partida e um início de trabalho
19 e que não gostaria que esse trabalho fosse deixado cair, por diversas razões.

20 Sublinhou que não pretendia condicionar nem o executivo atual, nem o executivo futuro,
21 nem a assembleia municipal em funções, nem a próxima assembleia municipal, que não
22 era esse o objetivo de o Movimento Cuidar de Évora e que o propósito tinha sido chamar
23 a atenção para uma realidade já factual para todos e que se tornara ainda mais evidente
24 com o regresso às aulas e que as questões da mobilidade andavam de braço dado com as
25 questões do combate às alterações climáticas.

26 Acrescentou que se estivesse no ano 2000, compreenderia que se pudesse protelar o tema,
27 mas estando em 2025 e com o tempo a correr contra todos, considerava que era necessário
28 agir e reconheceu que poderia ser dito que o documento estava incompleto, mas reiterou
29 tratar-se de um documento aberto, que teria de ser alimentado por todos, revisto e, se
30 fosse o caso, robustecido, sublinhou que, nesse sentido, a proposta tinha sido apresentada
31 numa perspetiva de política positiva.

32 Nesse enquadramento, expressou o desejo de que tanto o executivo cessante como o
33 próximo, bem como a própria Assembleia Municipal de Évora, enquanto órgão
34 deliberativo e eminentemente político, pudessem elencar sugestões, propostas e soluções
35 a submeter ao executivo, a quem caberia depois decidir segui-las ou não, reforçando que
36 o documento tinha sido apresentado sobretudo numa perspetiva positiva.

37
38 **O deputado Gonçalo Costa** referiu que compreendia, de alguma forma, o que estava em
39 causa e as questões inerentes à moção, salientando que estas preocupações já tinham sido
40 abordadas em várias sessões da assembleia, que a questão do trânsito e do tráfego em
41 Évora constituía um problema, que se tinha agravado nos últimos anos e para o qual a
42 Câmara não tinha sabido encontrar soluções. Acrescentou que o plano de mobilidade,
43 apesar de já aprovado, não apresentava ainda soluções que permitissem mitigar os
44 constrangimentos existentes.

45 Assinalou que compreendia a mensagem inerente à moção e destacou ainda como
46 relevante o aspeto de levar a mobilidade elétrica às freguesias rurais, permitindo que os
47 residentes pudessem carregar as suas viaturas elétricas, considerando tratar-se de um
48 direito dessas populações.

49 Contudo, referiu que existiam muitas questões que se encontravam desalinhas
50 temporalmente, como já tinha sido mencionado anteriormente, e defendeu que a moção
51 deveria ser revista, de modo a trabalhar de forma mais densa algumas matérias, clarificar

1 outras que não estavam devidamente corretas e poder ser apresentada no início dos
2 trabalhos da próxima assembleia ao novo executivo.

3 Concluiu que, caso o Movimento insistisse em manter a moção nos termos em que se
4 encontrava, apesar de se identificar com os valores e conceitos subjacentes, não se
5 identificava com a redação atual e, por essa razão, o seu grupo se absteria.

6
7 **O deputado Francisco Brito** mencionou que as preocupações sobre a mobilidade, como
8 já tinha ficado demonstrado, eram transversais a todas as forças políticas, que todos
9 conseguiam identificar os problemas subjacentes a esta matéria no concelho e que todos
10 defendiam a necessidade da sua melhoria, ainda que com estratégias diferentes.

11 Sublinhou que não lhe parecia ser o timing ideal, uma vez que o mandato estava a terminar
12 e o senhor presidente da Câmara Municipal se encontrava no fim das suas funções e
13 recordou que, no decorrer deste terceiro mandato, essas matérias não tinham sido
14 resolvidas e que, garantidamente, não seria naquele momento que o seriam, apesar de
15 existirem equipas a procurar soluções. Reconheceu, contudo, que a Assembleia
16 Municipal podia deliberar o que entendesse e que a votação poderia efetivar-se.

17 Sobre a Mobi.e, sublinhou que essa entidade já não tinha o monopólio que anteriormente
18 detinha, dado que o governo em funções tinha terminado com essa exclusividade, pelo
19 que qualquer comercializador se podia ligar à rede, o que considerou ser um aspeto
20 importante, uma vez que a Mobi.e demonstrava pouco interesse nas freguesias rurais.

21 Por fim, levantou uma questão sobre o selo de residente no centro histórico. Referiu que
22 esse território tinha cerca de quatro mil fogos, muitos deles vazios, outros destinados a
23 alojamento local, hotéis ou serviços, mas que também existiam muitas habitações ou
24 potenciais habitações. Indicou que havia, entre dois mil e três mil lugares contabilizados
25 e que, se por defeito fosse atribuído um selo a cada fogo, a solução não resultaria, pois, o
26 problema estaria identificado logo à partida.

27 Apesar de a bancada da AD concordar com a gratuitidade dos selos, o deputado
28 considerou que deviam existir regras e que a proposta poderia ir mais além nesse aspeto,
29 sendo demasiado genérica poderia facilmente ser colocada em causa, sugerindo que fosse
30 mais detalhada, ainda que permanecesse abrangente, de modo a não incorrer nos
31 problemas identificados.

32
33 **O deputado Paulo Ribeiro**, em primeiro lugar, agradeceu as palavras de todos e as
34 questões colocadas. Relativamente ao deputado Francisco Brito, concordou com as suas
35 palavras e referiu, tal como tinha dito, que se tratava de uma primeira proposta, ou seja,
36 uma base inicial de trabalho. Acrescentou que também concordavam com o selo
37 residencial gratuito afirmando que, residindo na Malagueira, não pagava selo para
38 estacionar à porta de casa e que a questão era justamente essa e que o objetivo era
39 imprimir um certo cunho de justiça e de equidade, para que quem residisse no Centro
40 Histórico pudesse dizer que não tinha de ser penalizado por viver naquela zona e ter de
41 pagar o estacionamento à porta de casa. Indicou que esse tinha sido o pensamento e o
42 racional subjacente à introdução da medida, ainda que, caso houvesse entendimento da
43 assembleia, poderia alterar-se de moção para recomendação e proceder à votação e
44 concluiu dizendo que julgava ter sido claro e cristalino relativamente à apresentação da
45 moção.

46
47 **O deputado Francisco Brito** sugeriu que em vez de 'OBS' ser 'operadores', por
48 considerar que assim era mais genérico."

49
50 **O deputado José Figueira** pediu aos autores da proposta de moção que clarificassem
51 concretamente as alterações que iam fazer e o que ia ser transformado, uma vez que, ao
52 fim e ao cabo, todos estavam envolvidos nesta questão, com propostas e sugestões

1 relativamente à mobilidade e referindo que já existia um Plano de Mobilidade no
2 Município considerou que seria bom clarificar o que se retirava, o que se mantinha e o
3 que se transformava nesse documento.

4
5 **O deputado Paulo Ribeiro** esclareceu o deputado Francisco Brito que retirara a
6 expressão “OBS” e que ficara declarativamente a redação “junto dos operadores”, ou seja,
7 “deve a Câmara Municipal junto dos operadores” e levar para as freguesias rurais que,
8 todos sabiam, por exemplo, São Manços tinha mais de 1000 eleitores, cingindo-se apenas
9 a eleitores e não a residentes, e não dispunha de um carregador, ficando a 20 km de Évora,
10 pelo que era a mais elementar justiça que também dispusessem de um carregador e propôs
11 alterar a moção para recomendação e submetê-la a votação.

12
13 **O deputado José Figueira** referiu que não percebia a alteração da designação de moção
14 para recomendação, uma vez que, sendo algumas dessas matérias competências
15 específicas do município, tal acabava por constituir, na prática, uma recomendação.

16
17 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver mais pedidos de
18 intervenção, submeteu a presente Recomendação sobre Mobilidade a votação.

19 **Deliberação da Recomendação sobre Mobilidade:**

20 **Aprovado por maioria** com 8 votos a favor (3 do MCE e 5 da Coligação Mudar com Confiança)
21 e 22 abstenções (13 do PS, 6 da CDU, 1 do MMPI, 1 do MICAZA, e 1 do CHEGA).

22 **a) Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal.**

23
24
25
26 Senhor Presidente da Câmara Municipal de Évora. senhoras e senhores Vereadores,
27 senhoras e senhores Deputados Municipais, caros colegas, presados colaboradores,
28 técnicos e administrativos que nos têm acompanhado presencialmente e nos bastidores.
29 Caros Eborenses.

30 O atual mandato autárquico terminará em breve e esta é a última sessão da Assembleia
31 Municipal. É chegado o momento de tecermos umas breves considerações sobre como
32 decorreu o nosso mandato, sobretudo para memória futura, pois, como disse Saramago,
33 somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não
34 existimos. A memória perdura para além de nós e daqueles que nos ouvem e nas atas das
35 sessões. É bom, portanto, deixar registo do que é a nossa memória, do que nós pensamos
36 neste momento.

37 Dirijo-me em primeiro lugar ao senhor Presidente da Câmara, meu caro Carlos Pinto de
38 Sá, tenho consciência e congratulo-me de termos protagonizado algo de novo em Évora.
39 Tanto quanto a minha memória me alcança, terá sido a primeira vez que as presidências
40 da Câmara e da Assembleia Municipal foram exercidas por cidadãos de partidos não só
41 diferentes como circunstancialmente adversários políticos. É uma das modalidades a que
42 se designa por coabitação.

43 Fizemo-lo com elegância. Estou certo disso. Elegância feita de cooperação e de
44 cordialidade, sem que para tal tenhamos tido de escamotear as nossas divergências.
45 Cumprimos esta missão, dando um exemplo a todos os Eborenses da ética democrática e
46 republicana.

47 Caras e caros colegas deputados municipais, agradeço-vos a colaboração que destes e que
48 me permitiu exercer esta presidência e que tenha corrido com eficácia, com uma pitadinha
49 de humor e no ambiente de cordialidade em geral, eu diria, se nos recordarmos destes
50 fenómenos de transvases de tempo de intervenção que correram sempre bem e nunca
51 falharam. Houve uma cooperação entre todas as forças políticas, independentemente dos
52 seus afastamentos ou aproximações.

1 Ao longo destes 4 anos, identifico um aspeto negativo que faço questão de referir para
2 benefício dos vindouros. É o facto de não termos conseguido visitar todas as freguesias
3 rurais. Fomos a algumas, São Miguel de Machede, Nossa Senhora de Machede, São
4 Manços e São Vicente do Pigeiro. Aproveito para agradecer aos presidentes de junta a
5 forma empenhada e calorosa com que nos receberam e se dispuseram a mostrar-nos as
6 suas instituições, a revelar-nos as suas carências, a enfatizar as suas impaciências e a
7 mostrar-nos os seus projetos futuros.

8 Um obstáculo de não termos podido ir a todas as freguesias rurais decorreu do facto de
9 termos querido fazer coincidir as visitas com as realizações das sessões extraordinárias
10 da Assembleia. Não é fácil e haverá no futuro que encontrar formatos alternativos.

11 Mas há um obstáculo maior à concretização dessas visitas. Ela reside na deficiente
12 cobertura da rede digital que dificulta ou mesmo impossibilita a transmissão das sessões
13 via streaming. É desejável que o próximo executivo pressione as operadoras nacionais
14 responsáveis pela cobertura digital a reforçarem a eficiência do sistema ao nível daquilo
15 que é oferecido pela Starlink, uma operadora americana privada, mas para cujo acesso
16 naturalmente as nossas freguesias não têm recursos.

17 O que é que correu bem?

18 Realizamos audições públicas, embora em formatos diferentes. Primeiro, à novel reitora
19 da universidade, a professora Hermínia Vilar. Depois à presidente do conselho de
20 administração da ARS Alentejo, professora Filomena Mendes, por ocasião do início das
21 obras do Hospital Central do Alentejo, à presidente da CPCJ, Dra. Ana Luísa Boto, por
22 ocasião da apresentação do relatório anual de 2023 e à presidente da Associação Évora
23 2027, Dra. Maria do Céu Ramos.

24 Para além destas audições, promovemos visitas a 2 empreendimentos principais ainda em
25 obra, a nova linha férrea Sines-Caia e ao Hospital Central do Alentejo, onde fomos 2
26 vezes.

27 Organizámos a comemoração do 50º aniversário do 25 de abril em espaço público.

28 Eu recordo-vos ainda que criamos a Assembleia Municipal Jovem. Desde então, esta
29 Assembleia constituiu-se por duas vezes, em 2024 e 2025, com alunos das três escolas
30 públicas secundárias de Évora. Pela primeira vez, os jovens eleitos das suas escolas
31 puderam debater os seus pontos de vista, mas também expressar diretamente aos
32 presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal desabaços, críticas e sugestões.
33 Considero que foi uma experiência muito importante que merece ser desenvolvida no
34 futuro próximo. Os jovens, sobretudo nos anos terminais da adolescência, precisam mais
35 do que escolas e recreios. Precisam de iniciação à democracia, no uso da palavra para a
36 apresentação da defesa das suas ideias, no uso do voto para tomada de decisões e no
37 reconhecimento de que todos somos diferentes.

38 Não só somos diferentes no tamanho das orelhas e do nariz. Somos todos diferentes
39 porque nenhum de nós pensa exatamente como o outro, e, portanto, em democracia há
40 que respeitar todas as ideias. E isto aprende-se. Por isso, é minha convicção que a
41 Assembleia Municipal Jovem foi uma boa iniciativa nossa, mas deverá ser consolidada
42 convidando os jovens para a mesa das decisões, porque o futuro é deles.

43 Meus queridos companheiros, secretários da mesa, Ananias Quintana e Nazaré Lança, a
44 vós devo um enorme agradecimento. Não irei esmiuçar as razões que impregnam todo o
45 nosso trabalho, mas do que se passou nesta mesa nasceram, para mim, amizades para a
46 vida. Muito obrigado aos dois.

47 O funcionamento da Assembleia implica uma logística complexa e trabalhosa, que foi
48 agravada no último ano, ou um pouco mais, pelas obras que nos obrigaram a mudar de
49 espaço de trabalho e a migrar as sessões para o Palácio Dom Manuel. Devo destacar a
50 competência e a dedicação inexcedíveis da senhora Dra. Elizabete Neves e da senhora
51 Dona Célia Champlon, a quem muito agradeço e para quem solicitarei ao senhor

1 presidente da Câmara a atribuição de um voto de louvor. Reparem que nunca mais
2 tivemos atas em atraso. A meu nome e dos dois companheiros secretários da mesa,
3 agradeço a todos pela colaboração que deram para que os trabalhos tenham corrido em
4 boa ordem, de forma harmoniosa e dentro dos sãos princípios da democracia, que são os
5 princípios democráticos e republicanos. Terminei desejando a todos os que nos vierem
6 substituir um mandato no mínimo tão profícuo quanto este. O futuro a Deus pertence, diz
7 o povo. Aguardemos, portanto, o que a vontade do povo nos reserva. Muito obrigado.

8
9 **O deputado José Vitorino Piteira** referiu que o Senhor Presidente da Assembleia lhe
10 tinha retirado a oportunidade de intervir como pretendia, uma vez que ia precisamente
11 apontar que não tinha sido cumprido o compromisso assumido em São Miguel de
12 Machede, relativamente à intenção de visitar todas as freguesias rurais, contudo, que
13 também tinha a intenção de agradecer. Esclareceu que não tinha apoiado a eleição do
14 Senhor Presidente da Assembleia por duvidar das suas capacidades para o exercício das
15 funções, mas, decorridos aqueles meses, reconheceu que tinha sido surpreendido pela
16 positiva, sublinhando a humildade, a transparência e a forma como o Senhor Presidente
17 da Assembleia conduziu os trabalhos, nomeadamente quando reconheceu erros e pediu
18 desculpas e destacou ainda a relação institucional mantida com o Presidente da Câmara,
19 apesar de não serem da mesma cor partidária, considerando que tal foi feito com
20 humildade e no espírito que se exigia ao cargo.

21 Manifestou que não podia afirmar ter sentido sempre orgulho em participar nas sessões
22 da Assembleia, agradecendo, ainda assim, aos macedenses pela oportunidade de os
23 representar, embora, por vezes, saía das sessões com a sensação de que o seu tempo tinha
24 sido mal empregue, por considerar que determinadas interpretações políticas não
25 contribuía para o bem-estar nem para o desenvolvimento da Freguesia.

26 Reconheceu que, embora tivesse consciência de que a Assembleia era um órgão
27 deliberativo e não executivo, não tinha contribuído como gostaria para que este órgão
28 tivesse um papel mais relevante na execução e no bem-estar dos Eborenses, assumiu
29 igualmente que, em várias ocasiões, permaneceu calado, o que lhe gerava frustração
30 posteriormente, e considerou que o maior remorso que tinha guardado ao longo dos anos
31 era não ter dito sempre aquilo que pensava e que preferia arrepender-se do que dizia do
32 que arrepender-se do que ficava por dizer.

33 Disse que procurou sempre contribuir para um ambiente de respeito e boa convivência,
34 pedindo desculpa se, em algum momento, tivesse sido mal interpretado e confessou que,
35 mesmo após todos aqueles anos, ainda se sentia nervoso naquela intervenção.

36 Concluiu afirmando que, apesar de em algumas sessões ter sentido o tempo como mal
37 empregue, no geral foi um orgulho ter participado, pois aprendeu muito, conheceu
38 pessoas e reforçou a importância de todos passarem por órgãos municipais ou coletivos
39 de freguesia, de forma a darem algum do seu tempo em prol de quem menos tinha e a
40 valorizarem esse serviço público, agradeceu a todos afirmando que tinha sido um prazer.

41
42 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam passar ao ponto seguinte.,

- 43
44 b) Proposta de aprovação das atas número 26 da sessão ordinária de 29 de abril e
45 a número 27 da sessão ordinária de 13 de junho de 2025.

46
47 **Deliberação da Ata nº 26 de 29-04-2025:**

48 **Aprovada por unanimidade.**

49 Os Deputados Municipais Ananias Delfim Courelas Quintano, João Francisco Baeta
50 Rebocho Simas, Joaquim Manuel Manageiro Ramalho, João Manuel Banha Correia, João
51 Manuel Rodrigues Pereira, Paula Cristina Nobre de Deus e Maria das Dores Molero
52 Marques Costa, não votaram por não estarem presentes na sessão a que ela respeita.

1 **Deliberação da Ata nº 27 de 13-06-2025:**

2 **Aprovada por unanimidade.**

3 Os Deputados Municipais Jorge Quina Ribeiro de Araújo, Maria Elmina Gouveia
4 Barreira Lopes, João Francisco Baeta Rebocho Simas, João Manuel Rodrigues Pereira,
5 Francisco Manuel Branco de Brito e Maria das Dores Molero Marques Costa, não
6 votaram por não estarem presentes na sessão a que ela respeita.

7
8 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Período da Ordem do Dia.

9
10 **III. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

11
12 **Nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta os seguintes**
13 **pontos:**

- 14
15 1. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem
16 como a situação financeira do mesmo (Para conhecimento).

17
18 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

19
20 **O Presidente da Câmara** começou por saudar a mesa, os membros da Assembleia
21 Municipal, os funcionários do município que prestam apoio à sessão, as equipas técnicas
22 que acompanham os trabalhos e todos aqueles que seguiam a reunião por via digital.

23
24 Antes de entrar no ponto da ordem de trabalhos, fez uma breve referência ao facto de esta
25 ter sido a última Assembleia Municipal em que participa e recordou que, ao longo de 12
26 anos, teve a oportunidade e a honra de integrar aquele órgão e, em particular, de o ter feito
27 nos últimos 4 anos e, nesse contexto, saudou o Presidente da Assembleia, reiterando que
28 fazia suas as palavras que este tinha proferido, sublinhando a amizade de longa data que
29 os unia e a capacidade que existiu para responder às necessidades da Assembleia e da
30 Câmara na sua relação institucional e considerou que essa colaboração foi positiva para
31 a atividade democrática do Município, permitindo ultrapassar os obstáculos que
32 naturalmente se colocaram, e deixou expresso o seu reconhecimento ao Presidente da
33 Assembleia.

34
35 Dirigiu também uma saudação à mesa da Assembleia Municipal e a todos os seus
36 membros, destacando o papel absolutamente determinante daquele órgão e afirmando
37 que, no seu entendimento, desempenhou cabalmente as funções que lhe estavam
38 atribuídas, manifestou satisfação por, no final do mandato, poder afirmar que no
39 município os órgãos municipais funcionaram, que a democracia funcionou e que foi
40 possível manter um discurso e um confronto democráticos saudáveis, salvo alguns
41 episódios pontuais e sublinhou que essa dinâmica contribuiu para que o Município
42 pudesse prosseguir o seu caminho normal.

43 Saudou igualmente os funcionários e as equipas técnicas que acompanharam a
44 Assembleia Municipal, realçando o trabalho muitas vezes invisível, mas essencial para o
45 funcionamento dos órgãos municipais.

46 Concluiu frisando que não era o momento de fazer balanços, nem o faria naquela ocasião,
47 e que, sendo esta a última Assembleia Municipal em vésperas de eleições, as suas
48 intervenções nos diferentes pontos da ordem de trabalhos seriam naturalmente
49 comedidas.

50

1 **O Presidente da Câmara** salientou quatro ou cinco questões que considerou relevantes,
2 acrescentando à informação que havia sido distribuída.

3
4 A primeira prendeu-se com a atribuição ao Município, em 2025, da marca de Entidade
5 Empregadora Inclusiva, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, distinção
6 que, citando o texto, foi considerada “demonstrativa de uma cultura organizacional
7 alicerçada em políticas inclusivas e ativas no acesso e manutenção do emprego de pessoa
8 trabalhadora com deficiência”. Referiu que se tratava de uma atribuição que honrava o
9 Município.

10
11 Em segundo lugar, abordou o novo Hospital Central do Alentejo, informando que não
12 tinham ocorrido evoluções relativamente às propostas apresentadas de alteração ao
13 protocolo em vigor, as quais eram determinantes para o avanço dos processos das
14 acessibilidades, em particular das acessibilidades, dado que a rede de água e saneamento
15 se apresentava como uma questão mais simples. Indicou ter solicitado uma reunião à
16 Ministra da Saúde, ainda sem resposta, com o objetivo de ultrapassar as questões que
17 persistiam. Acrescentou que tinha estabelecido contacto, há cerca de um mês, com um
18 membro do Ministério, que lhe comunicara estar a seu cargo o tratamento do protocolo,
19 tendo sido solicitadas e enviadas algumas informações. Explicou, por isso, que se
20 aguardava agora esse desenvolvimento, o que significava que, em termos de
21 acessibilidades, continuavam a aguardar para poder desenvolver o processo.

22 Relativamente à rede de água e saneamento, informou que, apesar de algumas
23 dificuldades que foram surgindo, incluindo uma última questão que seria objeto de
24 reunião na segunda-feira seguinte e que se relacionava com a diferenciação entre a alta e
25 a baixa no projeto, considerava que estariam reunidas as condições para lançar o concurso
26 ainda no mandato, uma vez que as questões se encontravam garantidas e ultrapassadas.

27
28 Assinalou, em nota negativa, que os concursos para as três extensões de Saúde ficaram
29 desertos. Informou que estava a ser procurado, conforme a lei permitia, o recurso ao ajuste
30 direto com empresas, mas que não tinha sido fácil encontrá-las para executar as obras.
31 Acrescentou não saber se tal seria possível, registando que essa era uma preocupação do
32 momento.

33
34 Destacou que os serviços de recolha de lixo da Unidade de Higiene e Limpeza Pública,
35 anteriormente sediados na Avenida S. João de Deus, já se encontravam nas novas
36 instalações, referindo que se tratou de um processo complexo, mas que foi possível
37 resolver a contento.

38
39 Por fim, informou que tinha sido recentemente aberto o concurso, por sorteio, para a
40 atribuição das 12 casas reabilitadas no âmbito do Plano Local de Habitação na
41 Malagueira, que estavam a ser finalizados os arranjos exteriores, acrescentando que as 12
42 casas, que se encontravam entaipadas há alguns anos, tinham sido reabilitadas e que a sua
43 atribuição seria feita através desse concurso e por sorteio. Sublinhou que tal não
44 significava que os cidadãos que se encontravam inscritos nas listas não pudessem
45 igualmente concorrer.

46
47 **O deputado Francisco Brito** referiu que não valia a pena colocar grandes questões, uma
48 vez que já se sabia que as respostas não seriam certamente as mais desejadas, até porque
49 não havia tempo de execução para tudo o que ficara por fazer ao longo do mandato e que,
50 conforme fora defendido, estava visto que não seria possível concretizar, mas que esse
51 balanço caberia à população.

1 Informou que lhe iria deixar três questões, a primeira dizia respeito Ao Salão Nobre,
2 referindo que estavam em falta dois elementos fundamentais, os candelabros, que
3 estariam em limpeza há pelo menos dez meses, perguntando se a situação seria ou não
4 resolvida.

5 A segunda questão relacionava-se com o prazo médio de pagamento da Câmara, querendo
6 saber qual o prazo médio que o senhor Presidente deixaria no final das suas funções, uma
7 vez que havia fornecedores que o tinham informado que forneceram a Câmara e que nem
8 sequer tinham ainda recebido as notas de encomenda, não existindo procedimento
9 contabilístico efetuado.

10 A terceira questão, já anteriormente levantada em Assembleia Municipal e que não
11 obtivera resposta, dizia respeito ao número de trabalhadores precários que ficariam na
12 Câmara Municipal.

13
14 **O deputado Paulo Ribeiro** referiu que iria colocar as questões na mesma, cabendo ao
15 Senhor Presidente avaliar as respostas que entendesse prestar, tendo em conta o contexto
16 em que se encontravam. Recordou que, na Assembleia Municipal de junho, tinha
17 questionado relativamente ao reporte das contas para a DGAL e se tal poderia constituir
18 risco de afetação do FFD, Fundo de Financiamento da Descentralização. Referiu ainda
19 que, nessa ocasião, o Senhor Presidente lhe tinha transmitido que existira uma questão
20 com um colaborador, mas que a situação estava a ser tratada. Solicitou, por isso, o ponto
21 de situação.

22 Relativamente às dívidas em atraso, conforme se verificava na página 58, as dívidas com
23 mais de 90 dias ascendiam a 6 milhões, 391 mil,459 euros e 97 cêntimos, e que nas
24 dotações orçamentais, os valores de caixa, os depósitos e demais rubricas correspondiam
25 a 2 milhões, 968 mil, 454 euros e 93 cêntimos, e que distinguindo as dotações orçamentais
26 das não orçamentais, que poderiam ser garantias, uma conta caucionada, uma letra ou
27 uma livrança, estava em causa o montante de 805 mil, 137 euros e 53 cêntimos e
28 manifestou, assim, preocupação não apenas pelo valor absoluto destas dívidas, mas
29 também pelas potenciais consequências para empresas do concelho, sublinhando que o
30 montante em causa era muito elevado face às disponibilidades apresentadas.

31
32 **A deputada Florinda da Russo** referiu que já tinha estado a falar com o senhor
33 Presidente, mas quis que ficasse registado, em relação à obra de requalificação da rede de
34 águas em São Manços, o que estava a acontecer, uma vez que a obra se encontrava parada,
35 que existiam buracos de grandes dimensões que já tinham provocado acidentes com
36 pessoas que ali caíram, por não estarem devidamente sinalizados, bem como montes de
37 pedra nos passeios. Sublinhou que tudo isto permanecia sem desfecho conhecido e que
38 gostaria que a situação fosse resolvida o mais rapidamente possível, ainda que a obra não
39 ficasse concluída, mas pelo menos estas situações fossem tratadas com urgência.

40 Referiu ainda a questão de um valor acordado pelo senhor Presidente relativo à
41 contribuição da Câmara para o projeto do Centro Infantil de São Manços, concretamente
42 do projeto de arquitetura, montante esse que ainda não tinha sido entregue e que se
43 encontrava em dívida a quem o desenvolveu, acrescentou que não queria ficar com esse
44 ónus, uma vez que iria sair, e expressou o desejo de que a situação ficasse resolvida até
45 ao dia 12.

46
47 **O deputado José Vitorino Piteira** afirmou que não queria deixar passar aquela
48 oportunidade. Referiu que, há pouco, se tinha dirigido ao senhor presidente da
49 Assembleia e que desejava também dirigir-se ao senhor presidente da Câmara, não só
50 pela exposição que este fizera e sobre as tensões de saúde que ficaram desertas —
51 realidade que, segundo disse, não constituía novidade para si, mas também para salientar
52 dois aspetos.

1 Em primeiro lugar, declarou que, dos presidentes com quem trabalhou, o senhor
2 presidente da Câmara foi aquele com quem teve menos divergências. Em segundo lugar,
3 acrescentou que, na perspetiva da freguesia de Nossa Senhora de Machede, aquele tinha
4 sido o pior executivo com quem trabalhou, incluindo toda a oposição, uma vez que,
5 mesmo sem pelouros, os vereadores tinham igualmente responsabilidade. Sublinhou que
6 se referia ao pior executivo com que a Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede
7 lidara durante quatro anos, mesmo considerando o passado em que o senhor presidente
8 também exercera funções de presidente da Câmara.

9 O deputado defendeu que esta situação levava a refletir sobre as dificuldades das
10 freguesias rurais. Observou que, apesar de se falar muito em protocolos, a freguesia que
11 representara sempre cumprira com a Câmara todas as suas obrigações, executando na
12 íntegra e até para além do que estava estabelecido. Destacou que o objetivo era sempre
13 defender os habitantes de Machede, resolvendo os problemas, independentemente da
14 proporção da contribuição financeira entre a Câmara e a Junta.

15 Recordou ainda que tinha trabalhado com outros dois presidentes: o Dr. Abílio Fernandes,
16 durante três mandatos, e José Ernesto, durante um mandato. Referiu que todos tiveram
17 aspetos positivos e negativos. No caso de José Ernesto, assinalou que este ficara marcado
18 pela dívida que deixara em 2013 às juntas de freguesia, sendo que a de Machede, que
19 representava, acumulava mais de 60.000 €, situação que classificou como impensável.
20 Reconheceu, contudo, que nesse mandato também se concretizara uma obra há muito
21 ansiada: a construção de uma estrada.

22 Acrescentou que não se debruçava sobre dívidas, por considerar que esse tema deveria
23 ser tratado por especialistas financeiros. Sublinhou que há muitos anos se falava das
24 dívidas da Câmara entre PS e CDU, sem que se chegasse a qualquer conclusão, sugerindo
25 que apenas uma comissão independente poderia avaliar com rigor a realidade existente.
26 Indicou que se falava em valores diferentes, 90, 70 ou 50, mas reiterou que isso não lhe
27 interessava. O que realmente interessava, afirmou, era a execução das obras. Reconheceu
28 que, para a Câmara, era relevante saber quem as pagava, mas salientou que, no final,
29 quem suportava os custos eram os eborenses, ou seja, todos.

30
31 **O deputado Ananias Quintano** dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara, referindo
32 que teria de dezoito a festa que representava a última assembleia, pois os problemas
33 existentes assim o obrigavam e não paravam. No entanto, respeitando o ambiente da
34 sessão, afirmou que apenas pretendia levantar uma questão e alertar para outra.

35 Insistiu que já por diversas vezes tinha referido que a Rua Principal do Bairro de Santa
36 Maria continuava numa situação lastimável, cheia de buracos, sendo por vezes difícil a
37 circulação de veículos em alguns pontos, nas o mais grave era a casa existente nessa Rua
38 que se encontrava a desmoronar-se cada vez mais e que, quando ocorresse um acidente,
39 surgiria a pergunta sobre o que se teria passado. A casa estava a cair, encontrava-se
40 escorada, moravam pessoas ao lado e passava muita gente diariamente, pelo que
41 considerava ser um perigo público e que a Câmara tinha colocado grades protetoras no
42 local, o que retirara algum espaço à estrada. Referiu que do lado oposto estavam dois
43 contentores de lixo, que, devido à colocação das grades, foram transferidos para o Largo
44 da Nossa Senhora Auxiliadora, que muitos residentes daquela zona eram pessoas idosas,
45 com pouca mobilidade, e tinham dificuldade em chegar aos contentores, pedindo por isso
46 que fossem recolocados no local inicial. Reforçou, contudo, que o mais grave era a
47 situação da casa em risco de ruir, cuja propriedade era conhecida, não entendendo a
48 ausência de resolução do problema.

49 Referiu ainda a Rua João Maximino Moreno, transversal à Rua Principal de Santa Maria,
50 que se encontrava completamente esburacada, com gravilha, causando quedas frequentes
51 a pessoas mais idosas.

1 Alertou igualmente para o incêndio ocorrido três dias antes no terreno em frente do Lar
2 de Nossa Senhora Auxiliadora, que atingira o acampamento existente no local,
3 verificando-se inclusive o rebentamento de bilhas de gás, o que considerou muito
4 preocupante e acrescentou que, junto ao acampamento localizado ao lado das piscinas, a
5 erva tinha sido queimada até à entrada, não sabendo se de forma intencional ou não, mas
6 entendendo tratar-se de uma situação de risco.

7 Recordou que, desde o início do mandato, a Junta comunicara situações urgentes à
8 Câmara e se colocara à disposição para, em conjunto, resolver outras, referindo a
9 reparação das condutas da Malagueira, a alteração do triângulo central da Avenida da
10 Malagueira onde ocorriam acidentes, questões de estacionamento na Malagueira que
11 impediam a passagem de ambulâncias em ruas estreitas, e a limpeza da Ribeira da
12 Torregela.

13 Mencionou ainda que a Junta propusera duas iniciativas: uma experiência piloto de
14 limpeza em bairros da freguesia e a integração, no CIA, de alguns parques infantis da
15 responsabilidade da Câmara, que, dos oito parques sob tutela municipal, nenhum se
16 encontrava em condições de funcionamento e que a Câmara começara, entretanto, a
17 levantar os equipamentos, o que considerava ser o melhor, para evitar acidentes e
18 recordou que a Junta propusera a requalificação de quatro parques, desde que estes fossem
19 transferidos para a sua responsabilidade através de contrato Interadministrativo e
20 indicaram os quatro parques que poderiam requalificar no último ano, mas não obtiveram
21 qualquer resposta, apesar das insistências.

22 Resumindo, afirmou que, passados quatro anos, estava convicto de que muito mais
23 poderia ter sido feito em conjunto com os fregueses, que eram no fundo os Eborenses e
24 lamentou que, não tendo havido trabalho conjunto, as coisas não tivessem corrido como
25 esperado. Assegurou, contudo, que da sua parte e da parte da sua equipa, tinham a
26 consciência tranquila, pois tudo fora feito para trabalhar em conjunto e em prol da
27 população.

28 Por fim, declarou que fora uma honra integrar a Mesa e, sobretudo, aquela Assembleia.

29

30 **O deputado Rodolfo Pereira** referiu que gostaria de fazer dois ou três apontamentos
31 relativamente a este ponto. Um deles já tinha sido abordado pelo senhor presidente da
32 Câmara, nomeadamente a questão das extensões de saúde. Lamentou o facto de os
33 concursos terem ficado desertos, sublinhando que se tratava de equipamentos
34 extremamente importantes para as freguesias onde estavam previstos ser implementados.
35 Considerou triste que o concurso tivesse sido aprovado em junho de 2023 e que, chegados
36 a setembro de 2025, a notícia fosse de que os concursos tinham ficado desertos. Destacou
37 que, entretanto, tinham passado dois anos e três meses, o que era de lamentar, sobretudo
38 pela importância que esses equipamentos deviam ter, não só para São Sebastião, mas
39 também para Nossa Senhora de Machede. Sublinhou que, em São Sebastião, o posto
40 médico funcionava em edifícios da década de 50, que não tinham as condições mínimas
41 para a prestação de cuidados de saúde de qualidade, que era o que todos desejavam.

42 Relativamente às contas, referiu que, de certa forma, os deputados Francisco Brito e Paulo
43 Ribeiro já tinham mencionado dois aspetos muito importantes, que também não quis
44 deixar passar. Recordou que, durante todo o mandato, tinha alertado para estas questões
45 financeiras, por as considerar extremamente relevantes para o futuro do município e do
46 concelho. Sublinhou que, sem dinheiro, não se realizavam atividades nem obras e que o
47 panorama existente naquele último mês de mandato era, de certa forma, preocupante para
48 o futuro do concelho.

49 Referiu que os pagamentos em atraso ascendiam a cerca de 6 milhões e 400 mil euros e
50 que os fundos disponíveis continuavam negativos, situando-se, naquele momento, nos 15
51 milhões e 600 mil euros, situação para a qual já tinha alertado em assembleias anteriores.

1 Acrescentou que o prazo médio de pagamentos se fixava em 153 dias, registando uma
2 evolução negativa, uma vez que o mandato tinha começado, no primeiro semestre de
3 2022, com um prazo médio de 49 dias. Considerou, por isso, que a situação era
4 extremamente preocupante.

5 Concluiu afirmando que ficava com a consciência tranquila, por ter feito, ao longo dos
6 quatro anos, tudo o que estava ao seu alcance para que estas situações se alterassem.
7 Reconheceu, contudo, que se tinha chegado àquele ponto e que quem viesse a seguir,
8 fosse qual fosse a cor política, teria pela frente um trabalho hercúleo e grandes
9 dificuldades na implementação dos respetivos programas autárquicos.

10
11 **O deputado Luís Pardal** dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal
12 afirmando que poderia falar sobre muitos aspetos, como o estado das ruas, dos jardins,
13 dos carros abandonados e de todos os assuntos que trouxera anteriormente à Assembleia
14 e que também enviara para a Câmara Municipal, demonstrando preocupação e
15 apresentando propostas e sugestões, contudo não iria falar sobre esses temas, mas que,
16 sendo aquela a última sessão da Assembleia, não podia deixar de reconhecer a
17 cordialidade pessoal que sempre existira no trato com o senhor Presidente da Câmara
18 Municipal de Évora, no entanto, tinha de partilhar um sentimento misto: o de considerar
19 que aqueles quatro anos de mandato poderiam ter sido muito melhores se a Câmara
20 Municipal não tivesse constituído, de alguma forma, uma força de bloqueio à
21 concretização de muitas iniciativas e ações.

22 Sublinhou que, se a colaboração tivesse sido mais efetiva, talvez se pudesse ter uma
23 realidade diferente na freguesia de Senhora da Saúde em particular, mas também no
24 concelho em geral. Entendeu que essa situação representara uma aprendizagem e um
25 processo de resiliência vivido ao longo dos quatro anos e disse estar de consciência
26 tranquila por ter feito o que podia dentro das limitações existentes e reconheceu também
27 as limitações da Câmara Municipal, ainda que reiterando que a colaboração poderia ter
28 sido maior e mais efetiva.

29
30 **O deputado Gonçalo Costa** referiu que, em súpula, este mandato ficou muito aquém
31 daquilo que seria expectável, não apenas para os deputados municipais, mas sobretudo
32 para a cidade e para os eborenses. Sublinhou que, ao longo dos quatro anos de mandato,
33 levantou várias questões em sede de assembleia, sem que tivesse obtido respostas
34 conducentes por parte do município. Considerou que os munícipes foram os principais
35 penalizados por essa ausência de soluções, mas não deixou de enaltecer as qualidades
36 pessoais do senhor Presidente, destacando a amabilidade e a cordialidade que sempre
37 demonstrou para com todos os deputados.

38 Afirmou que este mandato poderia ter feito mais e melhor pela cidade, assinalando
39 processos que não foram concluídos nem tiveram solução encontrada. Entre eles destacou
40 a questão das acessibilidades ao hospital, que classificou como gritante, lembrando que,
41 desde o início do mandato, esse tema foi sucessivamente colocado em debate sem que
42 tivesse sido encontrada uma resposta, bem como as questões da limpeza e da manutenção
43 do espaço público, que marcaram todas as sessões, salientando que, no final do mandato,
44 permaneciam por resolver, apontando como exemplo a urbanização do Moinho e a zona
45 verde envolvente, onde, durante todo o verão, a vegetação atingiu cerca de 1 metro e meio
46 a 2 metro de altura, impedindo as crianças de brincar nos espaços verdes. Acrescentou
47 que apenas no dia anterior à apresentação da candidatura da CDU à Junta de Freguesia da
48 Malagueira e Horta das Figueiras foi feita a limpeza do espaço pela autarquia, lamentando
49 que a mesma não tivesse ocorrido de forma regular e atempada, para benefício de todos
50 os cidadãos.

1 Concluiu afirmando que o executivo deixou uma cidade desmotivada e era isso que
2 tentariam com o novo executivo que irá tomar posse dar um novo dinamismo a esta
3 cidade.

4
5 **O Presidente da Câmara** referiu, em primeiro lugar, que a requalificação dos Paços do
6 Concelho, edifício onde decorreu a sessão, representara uma intervenção que substituiria
7 integralmente a cobertura e introduzira dois projetos-piloto no âmbito de um programa
8 internacional desenvolvido com quatro países. Esses projetos tinham como objetivo testar
9 novas tecnologias aplicáveis a Centros Históricos, designadamente painéis fotovoltaicos
10 e telhas fotovoltaicas com aparência semelhante às telhas de canudo, de modo a poderem
11 ser utilizadas futuramente não apenas no Centro Histórico de Évora, mas também em
12 outros Centros Históricos de cidades europeias. Sublinhou ainda que subsistiam alguns
13 pormenores a resolver nas obras, relacionados com especialidades técnicas que exigiam
14 intervenções específicas, nomeadamente no teto, bem como algumas faltas, entre as quais
15 a substituição de candeeiros.

16
17 Relativamente ao prazo médio de pagamento da Câmara, o Presidente esclareceu que este
18 se situava, naquele momento, na ordem dos 120 dias, e não dos 153 dias anteriormente
19 referidos. Explicou que essa diferença resultara do desfasamento provocado pela
20 alteração no calendário de entrada de impostos, que habitualmente ocorria em junho, mas
21 que, naquele ano, se verificara apenas em julho.

22
23 Quanto aos procedimentos não realizados, afirmou que apenas se aceitavam situações
24 excecionais, reforçando que, em circunstâncias não excecionais, nem o fornecedor
25 deveria ter fornecido, nem o responsável pelo processo o deveria ter executado.
26 Acrescentou que existiam, de facto, alguns casos excecionais, devidamente conhecidos e
27 enquadrados, como a Feira e outras situações pontuais, que estavam a ser devidamente
28 tratadas.

29
30 Sobre os trabalhadores precários, informou que o seu número fora reduzido em cerca de
31 80% desde 2013. Acrescentou que, excluindo os trabalhadores das AECs, cujo vínculo
32 estava sujeito a prazos específicos, restavam poucos trabalhadores a termo, e que esses
33 casos estavam a ser resolvidos gradualmente através da abertura de novos concursos.

34
35 Em relação ao reporte das contas à DGAL, confirmou que o mesmo já se encontrava
36 efetuado, situação que ficara regularizada após a substituição de uma funcionária,
37 circunstância que motivara anteriormente o atraso.

38
39 Referiu ainda que o aumento das dívidas em atraso se encontrava compensado pela
40 redução das dívidas a médio e longo prazo, não se verificando, por isso, alterações
41 substanciais no nível global de endividamento. Explicou que a prioridade fora dada ao
42 cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro e dos empréstimos associados, razão
43 que justificava essa redistribuição. Acrescentou que o Município aguardava ainda a
44 entrada de diversas verbas, nomeadamente relativas à Transferência de Competências na
45 área da Educação.

46
47 Sobre a obra em São Manços, esclareceu tratar-se de uma contratação pública com
48 contrato, obrigações e plano de segurança aprovados pela Câmara, cuja execução
49 competia ao empreiteiro. Garantiu que os fiscais municipais se encontravam no terreno a
50 acompanhar o assunto e que, na segunda-feira seguinte, verificaria pessoalmente a

1 situação. Recordou também que naquela localidade surgira o achado de vestígios
2 arqueológicos considerados de grande interesse.

3
4 Absteve-se de comentar apreciações sobre o executivo, mas quis deixar uma nota de
5 caráter geral, salientando que aquele mandato fora o primeiro em que se verificara uma
6 significativa dispersão de votos e mandatos, o que implicara negociações permanentes
7 relativamente às Opções do Plano e aos Orçamentos Municipais. Essas negociações, que
8 permitiram a respetiva aprovação, resultaram, contudo, na descontinuidade do plano
9 anteriormente desenvolvido pela CDU. Referiu que o balanço global seria efetuado em
10 momento oportuno e expressou a preocupação de que o mandato seguinte pudesse
11 também ser marcado por uma dispersão significativa de votos, situação que, no seu
12 entender, dificultava a gestão municipal.

13
14 Quanto às extensões de saúde, explicou que, ao aceitar a proposta da ARS, a Câmara
15 assumira a elaboração dos projetos, uma vez que estes não existiam, e que o atraso
16 decorrera das exigências técnicas impostas, semelhantes às de um hospital, o que
17 complicara significativamente o processo de aprovação.

18
19 Relativamente às acessibilidades ao Hospital, informou que, três semanas antes, fora
20 recebida uma carta do ICNF, na qual se comunicava que o parecer favorável apenas seria
21 emitido após a Câmara apresentar a autorização de utilização dos terrenos previstos para
22 o traçado das acessibilidades, demonstrando assim as responsabilidades envolvidas nesta
23 matéria.

24
25 Sobre a limpeza do espaço público, reconheceu que o Município não conseguira dar as
26 respostas desejadas, salientando que tal dificuldade se verificava igualmente noutras
27 cidades do país, resultado de alterações nos comportamentos e de novas exigências que
28 impunham uma reflexão sobre o modelo de atuação neste domínio.

29
30 Por fim, referiu que o corte de ervas em Évora ocorrera por coincidência e recordou que
31 existia um plano previamente divulgado pela Câmara que definia a intervenção das
32 brigadas ao longo da cidade.

33
34 **A deputada Clara Grácio** referiu que, na última sessão, todos procuraram refletir sobre
35 a forma como o mandato decorreu e sobre o que poderia ter sido diferente, contudo,
36 salientou que, como habitualmente se diz, contra factos não há argumentos, se pode
37 interpretar e comentar de várias formas, mas os factos permanecem e demonstram que o
38 mandato em causa foi marcado por marcos incontornáveis para a Cidade e para o
39 Concelho e destacou, em primeiro lugar, a renovação do edifício onde se encontravam,
40 sublinhando que não se tratou apenas de uma requalificação estética, mas de uma aposta
41 na ciência e na inovação, que o município teve a ousadia de se afirmar como promotor de
42 novas tecnologias numa cidade Centro Histórico, recusando uma postura voltada para o
43 passado, o que considerou ser um mérito relevante.

44 Referiu-se ainda aos investimentos realizados, observando que, apesar de algumas críticas
45 repetidas por parte dos mesmos intervenientes, os factos falam por si e sublinhou a
46 importância de projetos voltados para as crianças, como a Ludoteca, que descreveu como
47 uma iniciativa pioneira, renovada com sucesso e amplamente reconhecida por pais, avós
48 e crianças, representando uma verdadeira aposta no futuro da cidade.

49 Recordou igualmente outros investimentos significativos, como o Teatro, o
50 Polidesportivo, cuja construção estava em fase avançada, e a reabilitação do Salão

1 Central, realçando o carácter simbólico deste edifício para os Eborenses, considerando-o
2 uma marca da cidade, agora recuperada e plenamente utilizada.

3 Destacou também o crescimento do emprego, mencionando um aumento de 30% nos
4 postos de trabalho, o que associou à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

5 Salientou dois momentos de projeção internacional da cidade de Évora: a classificação
6 do Centro Histórico como Património da Humanidade e a vitória na candidatura a Capital
7 Europeia da Cultura em 2027, iniciativa lançada pela Câmara Municipal, que considerou
8 um feito de grande relevância.

9 Concluiu afirmando que, embora possam existir diferentes interpretações, os factos
10 apresentados não poderiam ser refutados e que o mandato em apreço devia ser avaliado
11 de forma credível e séria à luz desses resultados.

12 Por fim, referiu que, apesar de algumas sessões se terem prolongado até tarde, tal refletiu
13 o empenho e o debate democrático entre os membros, reconhecendo que poderiam ter
14 sido mais concisos, mas destacou a cordialidade e o civismo que, na generalidade,
15 marcaram os trabalhos. Considerou, assim, que o mandato se distinguiu por momentos
16 significativos, próprios de um exercício político sério e comprometido com o
17 desenvolvimento da cidade.

18

19 **O deputado José Vitorino Piteira** referiu que o senhor Presidente da Câmara certamente
20 teria ouvido as suas palavras quando afirmara que naquele ano tinha lidado com o pior
21 executivo de sempre, esclareceu que, ao fazer tal afirmação, incluía todos os sete
22 vereadores, reconhecendo que cada um tinha as suas próprias responsabilidades, mas
23 salientando que todos partilhavam responsabilidades conjuntas. Recordou que, desde a
24 primeira reunião realizada em São Miguel de Machede, comparara a situação a uma
25 equipa de futebol composta por sete elementos, em que apenas dois trabalhavam e cinco
26 permaneciam no banco, de não se ter esquecido do que dissera nessa ocasião e que o
27 fizera com plena consciência do que poderia vir a acontecer durante o mandato.

28 Acrescentou ainda que, em conversas particulares com os vereadores, lhes dissera que
29 seriam responsáveis pela sua inação.

30 Referiu não poder deixar de comentar duas observações feitas pelo senhor Presidente da
31 Câmara, a primeira dizia respeito à afirmação de que o empreiteiro tinha de cumprir, com
32 a qual concordou, no entanto, questionou o motivo pelo qual, após seis meses a estrada,
33 ou rua, de Évora, situada no centro da freguesia, continuava esburacada, considerando
34 que o empreiteiro não cumprira e que a Câmara nem executava nem fazia cumprir.

35 Identificou a empresa PINETREE como responsável pela empreitada e perguntou por que
36 motivo a mesma não procedia à pavimentação, questionando se existiria uma dívida da
37 Câmara Municipal para com a referida empresa que justificasse a falta de cumprimento.

38 Relativamente às extensões de saúde, considerou que a Câmara Municipal poderia ter
39 cometido o erro de não ter, desde o início do projeto, atribuído parte do trabalho a
40 entidades externas, de modo a agilizar o processo, não devendo essa decisão ser deixada
41 para a fase final, quando a obra já se encontrava nas mãos do empreiteiro.

42 Por fim, dirigiu-se ao senhor Presidente da Assembleia para solicitar que, se fosse
43 possível e se o regulamento o permitisse, fosse observado um minuto de silêncio em
44 memória do forçado falecido de Nossa Senhora de Machede e do grupo de forçados,
45 considerando tratar-se da primeira assembleia após a trágica morte e afirmou que, com
46 esse gesto, todos certamente ficariam gratos e honrados.

47

48 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver oposição realizou-se o
49 minuto de silêncio.

50

1 **A Deputada Paula Pita** referiu que, ao contrário dos seus colegas, aquela tinha sido a
2 sua primeira experiência autárquica e reconheceu que, inicialmente, a sua inexperiência
3 poderia ter conduzido a que não tivesse tido a melhor atitude ou apresentado o melhor
4 trabalho, e recordou as palavras de Duarte Pacheco Pereira, afirmando que “a experiência
5 é madre de todas as coisas e só ela e por ela sabemos a verdade”, sublinhando que, ao
6 longo do mandato, procurou sempre fazer o seu melhor, não apenas em nome pessoal,
7 mas também em representação da bancada e dos Eborenses.

8 Apresentou, de seguida, três lamentos. O primeiro, relacionado com a escola pública,
9 destacou a sua satisfação pela abertura da sala de pré-escolar pública no Bairro Vilas do
10 Alcaide, mas lamentou o encerramento da escola pré-escolar de São Miguel de Machete,
11 questionando como seria possível promover o rejuvenescimento das aldeias e freguesias
12 do concelho sem oferecer condições para a fixação de casais jovens.

13 O segundo lamento prendeu-se com a limpeza do jardim situado entre o Continente e o
14 Bairro do Moinho, referindo que o espaço se encontrava recorrentemente sujo e que era
15 do conhecimento geral quem eram os responsáveis, que, apesar de ter sido colocada
16 recentemente uma placa azul a dizer “proibido vazar lixo”, tal medida não surtira efeito,
17 uma vez que, na própria tarde da limpeza, já se encontravam no local restos de comida,
18 plásticos, latas, carrinhos de supermercado e fraldas e que, dois dias depois, as tabuletas
19 já não se encontravam no local, reiterando que o problema persistia diariamente e
20 sugerindo que a Câmara Municipal fiscalizasse a situação.

21 Por fim, abordou o tema do aprofundamento da democracia política, mencionando a sua
22 participação na Assembleia Municipal Jovem, tanto enquanto deputada como na
23 qualidade de professora coordenadora e manifestou, no entanto, o seu desagrado pelo
24 facto de, na última sessão, não ter estado presente nenhum representante da Câmara,
25 porque decorria, nesse mesmo dia uma reunião de Câmara, impedindo a presença do
26 Presidente, do Vice-Presidente, que é também o Vereador da Educação, mas considerou
27 que poderia ter sido delegada a representação a outro responsável, como um chefe de
28 departamento ou de serviço, expressando a sua tristeza pelo impacto que tal ausência
29 teve nos jovens participantes, que se sentiram defraudados, sublinhando que, apesar de se
30 incentivar a sua participação e consciência política, era igualmente necessário valorizá-
31 los e acompanhá-los.

32
33 **O deputado Francisco Figueira** quis, antes de mais, naquela que foi a última sessão da
34 Assembleia Municipal nesta configuração, deixar uma palavra de agradecimento a todos
35 os presentes, quer em representação das juntas de freguesia, quer como eleitos
36 diretamente, e enquanto eborense, mais do que como membro da sua bancada, expressou
37 o seu reconhecimento pela disponibilidade cívica demonstrada por todos ao longo dos
38 quatro anos de mandato, no exercício de um serviço público dedicado às populações, num
39 tempo marcado pelo populismo e pela descrença generalizada, tanto na cidade como no
40 mundo, era justo dirigir uma palavra de apreço a todos os que se disponibilizaram para
41 servir a sua comunidade.

42 Reconheceu que, durante o mandato, a paixão pela cidade e o enfrentamento dos
43 problemas puderam, por vezes, levar algumas intervenções a ultrapassar limites, ainda
44 que, no seu entender, tal nunca tenha acontecido, que houve momentos mais intensos,
45 mas que estes se justificaram pelas circunstâncias.

46 Afirmou também que não seria naquele momento, na Assembleia Municipal, que se faria
47 o balanço do mandato, tarefa que caberia à história e ao processo eleitoral em curso, mas
48 considerou importante deixar algumas observações de carácter geral.

49 Referiu que as dificuldades do mandato eram do conhecimento público e que todos as
50 sentiram, contudo, o problema não residia no facto de o Salão Central ter sido inaugurado

1 durante aquele mandato, o que considerou positivo, mas sim em a cidade ter demorado
2 quarenta anos a reabrir o espaço, privando gerações do seu usufruto.
3 Comentou igualmente que a limpeza da cidade não se relacionava com a negociação dos
4 orçamentos ou das grandes opções do plano, uma vez que a câmara dispunha de meios
5 próprios, mas não os utilizava de forma eficaz, ressaltando que tal não constituía culpa
6 dos funcionários. Recordou que, logo no início do mandato, havia levantado o problema
7 do estaleiro da Rua João de Deus, congratulando-se por este ter sido finalmente retirado,
8 ainda que tal tivesse demorado quase quatro anos.
9 Assinalou que muitos dos problemas enfrentados foram considerados complexos, mas
10 comparou a situação à primeira lei de Newton, associando as dificuldades à inércia que,
11 no seu entender, marcou a gestão municipal e que até alguns presidentes de junta, que
12 haviam apoiado as grandes opções do plano e os orçamentos, reconheceram que o
13 executivo não conseguiu executá-los conforme o previsto.
14 Concluiu salientando que a distribuição de votos e mandatos seria sempre determinada
15 pelo povo, tal como acontecera nos 46 anos anteriores e como aconteceria no futuro e que
16 competia a todos encontrar um terreno comum, centrado na cidade, e combater a inércia
17 que, ao longo dos anos, fizera Évora perder múltiplas oportunidades, afirmando que não
18 era tempo de apontar culpas, mas sim de encerrar um ciclo e iniciar outro, apelando à
19 construção conjunta de um novo caminho para o concelho.
20
21 **O Presidente da Câmara** referiu que não pretendia utilizar muito tempo da sua
22 intervenção, tendo afirmado desde o início que não aprofundaria o tema em questão,
23 limitou-se, por isso, a destacar duas ou três questões que considerou relevantes
24 relativamente aos assuntos abordados.
25
26 Em relação às intervenções e à forma como foi tratada a questão do espaço público,
27 referiu que a Lei existente devia ser cumprida e que, tal como em outros casos, incluindo
28 os mencionados pelo Presidente da Junta da Malagueira, era conhecido quem eram os
29 intervenientes e como os processos decorriam, mas que a execução das competências
30 competia a diferentes entidades, que havia competências da Câmara, das forças de
31 segurança e de outras instituições e que, por vezes, não era possível executar essas
32 competências de forma imediata.
33
34 Deu como exemplo o problema das casas abandonadas e em ruína no Centro Histórico,
35 explicando que, salvo nos casos em que existia perigo iminente de ruína para a via
36 pública, a Câmara não podia intervir de imediato porque era necessário notificar,
37 aguardar, recorrer aos tribunais e esperar pelas respetivas decisões e que uma situação
38 semelhante ocorria com as questões relacionadas com o espaço público.
39
40 Salientou ainda o trabalho da Divisão de Fiscalização Municipal, à qual dirigiu um voto
41 de saudação, reconhecendo o excelente trabalho desenvolvido, nomeadamente na
42 coordenação com as forças de segurança, para resolver diversos problemas que vinham
43 sendo tratados.
44 Reconheceu, contudo, que ainda havia muito a fazer e que as soluções teriam de ser
45 encontradas não apenas ao nível do concelho, mas também a nível nacional.
46 Relativamente aos empreiteiros, esclareceu que a empresa PINETREE não cumprira as
47 suas obrigações contratuais, motivo pelo qual o contrato fora rescindido, informou que o
48 município se encontrava a proceder à tomada de posse administrativa e a seguir todos os
49 trâmites legais necessários para a resolução da situação.
50

1 Concluiu afirmando que, na sua opinião, houve muitos aspetos que correram bem, alguns
2 dos quais já haviam sido referidos, e outros que não correram tão bem, sobre os quais
3 teria oportunidade de se pronunciar oportunamente.

4
5 **O Presidente da Assembleia Municipal**, informou que passavam ao ponto 2.

- 6
7 **2.** Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com
8 a União de Freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras para o ano 2025.

9
10 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

11
12 **O Presidente da Câmara** deu a palavra ao Vereador Alexandre Varela sobre aquela
13 matéria.

14
15 O Vereador Alexandre Varela referiu que a proposta dizia respeito apenas a uma adenda
16 relacionada com o reforço da rede pré-escolar, nomeadamente no Bairro de Almeirim, com
17 a abertura do Jardim de Infância, constituindo, assim, apenas uma adenda ao contrato
18 interadministrativo que já existia com a União das Freguesias de Malagueira e Horta das
19 Figueiras.

20
21 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver mais pedidos de
22 intervenção, submeteu a presente Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação
23 de Competências com a União de Freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras para o
24 ano 2025 a votação.

25
26 **Deliberação da Alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de**
27 **Competências com a União de Freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras para**
28 **o ano 2025:**

29 **Aprovado por unanimidade**, verificando-se 30 presenças.

30
31 **O Presidente da Assembleia Municipal**, informou que passavam ao ponto 3.

- 32
33 **3.** Évora 2027 | Informação à Assembleia Municipal. (Para conhecimento);

34
35 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

36
37 **O Presidente da Câmara** informou que faria chegar aos membros da assembleia uma
38 cópia do memorando da reunião realizada com a nova Ministra da Cultura, relativa à
39 Évora 2027 e às questões então tratadas, bem como a informação financeira sobre o
40 investimento da Câmara desde 2022 até à data, devidamente documentada. Referiu ainda
41 que solicitara que, posteriormente, a Associação Évora 2027, caso assim o entendesse,
42 sendo essa a sua intenção, permitisse ao fiscal único verificar os documentos para
43 confirmação da despesa em causa.

44
45 Relativamente aos financiamentos do PRR, informou que o processo referente aos ex-
46 Celeiros da EPAC estava em fase de avanço, que o concurso contou com dois
47 concorrentes, ambos excluídos por razões distintas, no entanto, uma vez que o
48 procedimento previa essa possibilidade, foi possível recorrer ao ajuste direto, cujo
49 processo se encontrava em fase de conclusão. O valor do investimento ascendia a 2
50 milhões de euros, estando previsto que a adjudicação e o respetivo concurso fossem
51 finalizados até ao final de setembro ou início de outubro.

1
2 Em relação ao Rossio, estavam previstas duas intervenções: a resolução do problema de
3 alimentação elétrica e iluminação, projeto desenvolvido externamente, com conclusão
4 prevista para o final de setembro, e a intervenção em parte do pavimento, cujo projeto
5 estava a ser finalizado pelos serviços municipais, com o objetivo de lançar os concursos
6 em outubro, conforme calendarizado.
7 Referiu ainda que tinha sido negociada com o Presidente do Património Cultural, I.P., a
8 inclusão, no âmbito da intervenção no Rossio, da aquisição de equipamentos para
9 espetáculos, nomeadamente palcos e outros equipamentos complementares, destinados a
10 apoiar as iniciativas da Capital Europeia da Cultura e do Município.
11
12 Quanto ao Arquivo Fotográfico, o projeto de intervenção na cobertura encontrava-se em
13 fase de conclusão, prevendo-se o lançamento do concurso em outubro.
14
15 No que diz respeito ao Convento dos Remédios estavam previstas duas intervenções: na
16 cobertura e na rede elétrica. O projeto relativo à rede elétrica encontrava-se em fase de
17 conclusão, com vista ao lançamento do concurso. Quanto à cobertura, foi manifestada
18 alguma preocupação, uma vez que a parte da igreja dispunha apenas de uma coberta,
19 enquanto as restantes áreas apresentavam vários telhados sem acesso, desconhecendo-se
20 o seu estado, portanto, o planeamento inicial teve de ser alterado, sendo provável que a
21 intervenção tivesse de ser ajustada diretamente em obra.
22
23 Sobre a Arena de Évora, o processo relativo à melhoria da acústica encontrava-se em fase
24 de conclusão, prevendo-se o lançamento do concurso em outubro.
25
26 Para além destas intervenções, propôs ao Presidente do Património Cultural, I.P., que
27 pudesse ficar em carteira o projeto de intervenção no Aqueduto da Água de Prata, que é
28 um projeto particular, mas é urgente devido à inclinação de uma das suas partes, uma vez
29 que o projeto está concluído, sendo apenas necessário o lançamento do concurso, caso
30 houvesse disponibilidade financeira.
31
32 Relativamente a outras áreas da responsabilidade da Câmara, o projeto de execução da
33 Casa dos Bonecos encontrava-se em fase de conclusão, o que permitiria lançar o concurso
34 em outubro.
35
36 Quanto à Fábrica das Sementes, foi estabelecido um acordo com o Património Cultural,
37 I.P., para que este assumisse a intervenção, uma vez que o edifício pertencia ao Estado e
38 não ao Município, pelo que seria mais célere e adequado que o Património Cultural
39 conduzisse o processo, tendo a Câmara colaborado na realização do levantamento do
40 edifício e entregue essa informação àquela entidade.
41
42 O Presidente concluiu referindo que, embora existissem outras intervenções em curso,
43 estas eram as mais significativas, apresentando assim uma informação global sobre o
44 estado de execução dos projetos.
45
46 **O deputado Ananias Quintano** perguntou ao senhor presidente se estava previsto algum
47 transbordo de água do Aqueduto para a Ribeira de Torregala.
48
49 **O deputado Gonçalo Costa**, no âmbito do processo da Capital Europeia da Cultura,
50 solicitou esclarecimentos sobre se já tinha sido alcançado um entendimento entre a
51 Câmara e a Associação Évora 2027 relativamente à forma de contribuição da autarquia,

1 no que respeita aos 10 milhões de euros que estavam previstos como responsabilidade
2 municipal em que existia alguma indefinição quanto à forma de assegurar esse
3 financiamento, nomeadamente se o mesmo seria integralmente financeiro ou se,
4 conforme anteriormente defendido pelo senhor presidente, parte desse montante seria
5 concretizada através de contribuições em espécie e perguntou se esse entendimento já
6 tinha sido estabelecido com a Associação e de que modo seria então definida a
7 participação da autarquia na programação, projetos e materiais de Évora 2027.

8
9 **O Presidente da Câmara** sobre a questão do Aqueduto da Água de Prata, esclareceu
10 estava previsto que o Aqueduto viesse a ser utilizado para espaço público e rega pública,
11 não necessariamente para colocação na Ribeira e reconheceu que existia um problema
12 decorrente da escassez de água, o que tornava a situação de difícil resolução. Admitiu
13 que, em situações extremas, pudesse vir a ser utilizado para outros fins, mas esclareceu
14 que o previsto era que a água fosse utilizada essencialmente para poupar a água tratada
15 disponível.

16
17 Relativamente à Associação Évora 2027, afirmou que a divergência em termos de práticas
18 se mantinha, e para não reabrir a discussão, referiu que o documento que tinha citado, o
19 memorando com a Senhora Ministra e os documentos que enviaria sobre os investimentos
20 do município até à entrada em funcionamento da Associação, demonstravam uma parte
21 do problema. Acrescentou que a outra parte estava a ser objeto de negociação, com vista
22 à sua resolução, e expressou a esperança de que essa perspetiva se pudesse concretizar
23 até ao final do mandato.

24
25 **O Presidente da Assembleia Municipal**, informou que passavam ao ponto 4.

- 26
27 **4. 18º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro junho de 2025**
28 **(Para conhecimento);**
29

30 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

31
32 **O Presidente da Câmara** recordou apenas que, relativamente a outros relatórios já
33 referidos, o plano de saneamento financeiro tinha cerca de oito ou nove anos e encontrava-
34 se, naturalmente, desatualizado face às dotações económicas e financeiras verificadas ao
35 longo dos anos. Referiu ainda a necessidade de proceder a uma atualização,
36 nomeadamente com a introdução do novo sistema de contabilidade, que implicou
37 alterações de critérios e a adoção de novas normas da contabilidade pública, como a
38 duplicação das taxas de amortização e a definição de novos critérios para a consideração
39 da dívida, designadamente no que respeita a concessões, bem como o processo de
40 transferência de competências, entre outros aspetos.

41 Acrescentou que essas mudanças obrigavam, naturalmente, à atualização do plano de
42 saneamento financeiro, sublinhando, contudo, que a Câmara continuava a cumprir o plano
43 nas suas vertentes essenciais. Reafirmou que a autarquia tinha cumprido todos os
44 pagamentos previstos no âmbito do plano de saneamento financeiro e do empréstimo dele
45 decorrente, sendo esse o objetivo principal.

46 Salientou, por fim, que, tendo a Câmara ganho uma capacidade de endividamento
47 significativa, previa-se que fosse necessária alguma utilização dessa capacidade no
48 mandato seguinte, com vista à realização dos acertos considerados necessários.

49
50 **O Presidente da Assembleia Municipal**, informou que passavam ao ponto 5.

1 **5.** Relatório sobre a situação económica e financeira do Município de Évora relativa ao
2 1º semestre de 2025 (Para conhecimento).

3
4 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

5
6 **O Presidente da Câmara** referiu que procuraria ser sintético na sua intervenção.
7 Informou que o relatório apresentava uma imagem estimativa da situação económica e
8 financeira, não sendo possível, pelas razões anteriormente mencionadas, proceder à
9 comparação entre o primeiro semestre de 2024 e o primeiro semestre de 2025. Tal
10 impossibilidade decorria, principalmente, do facto de a entrada de receitas fiscais que
11 deveria ter ocorrido em junho ter sido desfasada para julho, o que alterou naturalmente
12 os indicadores em causa.

13
14 Salientou ainda que se procedera ao registo da denominada “dívida” relativa à concessão
15 da eficiência energética da CIMAC, registo esse que fora imposto tanto ao município
16 como aos restantes municípios. Referiu que, embora o município discordasse desta
17 solução contabilística, a Comissão Nacional emitira orientações determinando que este
18 tipo de processos fosse registado como dívida municipal. Consequentemente, a dívida do
19 município fora acrescida deste montante, situação que não estava inicialmente prevista,
20 tratando-se de um projeto da CIMAC que servira os municípios, mas cuja titularidade era
21 da própria CIMAC.

22
23 Acrescentou que, apesar disso, persistiam alguns problemas que mereciam destaque.
24 Verificara-se um agravamento do défice dos serviços de abastecimento de água,
25 saneamento e resíduos sólidos, uma vez que os aumentos da faturação dos sistemas em
26 alta tinham sido substanciais: cerca de 9% na água e mais de 15% nos resíduos, enquanto
27 o município apenas procedera a uma atualização em linha com a inflação. Sublinhou que
28 esta questão teria de ser ponderada e analisada no futuro, uma vez que, até 2019/2020, se
29 conseguira aumentar a cobertura dos custos, mas, a partir desse período, se registara
30 novamente uma diminuição dessa cobertura.

31
32 Referiu também o problema relacionado com os custos da energia. Informou que tinham
33 sido realizados dois concursos, mas as empresas, no final, recusaram avançar. Assim, uma
34 das questões que estava a ser ponderada, e que ficaria para o próximo executivo, seria a
35 eventualidade de regressar ao mercado regulado, considerando que, embora
36 aparentemente as tarifas do mercado livre fossem mais baixas, na prática acabavam por
37 ser mais elevadas, uma vez que as dificuldades não se conseguiam resolver. Concluiu que
38 esta seria uma questão a ponderar cuidadosamente.

39
40 **O deputado Rodolfo Pereira** apresentou dois ou três apontamentos adicionais, para além
41 dos que já haviam sido referidos no primeiro ponto, destacando também alguns aspetos
42 que considerou relevantes, nomeadamente o facto de o município ter mantido, tal como
43 no final do ano de 2024, resultados líquidos negativos, na ordem dos 4 milhões e 500 mil
44 euros, aproximadamente o valor existente a 31 de dezembro.

45 Salientou ainda, e congratulou o município, pela realização das reconciliações bancárias,
46 uma situação que vinha sendo alertada desde 2022 e que finalmente estava a ser
47 concretizada.

48 Deu nota das dificuldades sentidas ao longo do mandato no que respeita à arrecadação e
49 à taxa de execução da receita, referindo que continuavam a registar-se percentagens muito
50 baixas nesse domínio.

1 Por fim, destacou a questão do PPI, Plano Plurianual de Investimentos, sublinhando que,
2 de todos os investimentos previstos pela Câmara Municipal para o concelho, tinham sido
3 executados apenas 3,22% no balanço do mandato, valor considerado muito reduzido face
4 às necessidades existentes.

5 Reiterou igualmente a sua preocupação com os pagamentos em atraso e com o prazo
6 médio de pagamentos, recordando que, segundo dados da DGAL de 30 de junho, o prazo
7 era de 153 dias as reconheceu, contudo, a melhoria entretanto verificada, mencionada
8 pelo presidente, que indicara um prazo atual de cerca de 120 dias, saudando a Câmara por
9 esse progresso.

10
11 **O deputado Paulo Ribeiro** referiu que aquela foi a última assembleia e saudou
12 democraticamente todas as forças políticas presentes. Sublinhou que um dos princípios
13 fundadores do Movimento Cuidar de Évora, e que motivou a sua entrada na política local,
14 foi precisamente o de apelar e devolver à cidadania a participação cívica de cada um na
15 intervenção política do concelho que, na perspetiva do Movimento, o mais importante foi
16 renovar junto dos cidadãos a esperança e transmitir aos eborenses que é na confiança, ou
17 no restauro dessa confiança, nas instituições democráticas e, sobretudo, na participação
18 cívica, que reside a capacidade de estarem presentes e de, junto dos seus representantes,
19 expressarem os problemas do quotidiano.

20 Considerou extraordinária a experiência de participar nas Assembleias Municipais
21 descentralizadas, nomeadamente em Nossa Senhora de Machede e São Manços,
22 destacando o facto de as salas se encontrarem repletas de concidadãos que, junto dos
23 decisores políticos, apresentaram as suas preocupações e olharam para o Movimento
24 como um foco de esperança na procura de soluções concretas e que a política consistia
25 precisamente nisso, em servir, na prática, as comunidades, e quis deixar esse princípio
26 bem presente.

27 Referiu ainda que, para o Movimento Cuidar de Évora, a questão da dispersão de votos
28 não fora tema, sublinhando o respeito integral pelo que é manifestado pelos cidadãos e
29 qualificando o voto como o momento mais sagrado da democracia: o instante em que
30 cada pessoa, na cabine de voto, com o boletim à frente, expressa a sua vontade sobre
31 quem deve representá-la nos diversos órgãos locais.

32 Em nome do Movimento, saudou todos os presentes, formulando votos de que a
33 campanha eleitoral que então se iniciava decorresse num clima de elevação democrática,
34 de cabal esclarecimento e de urbanidade. Concluiu desejando a todos os cumprimentos
35 democráticos e afirmou que certamente se encontrariam até ao dia 12 de outubro.

36
37 **O Presidente da Câmara** referiu que os resultados líquidos resultaram, em grande parte,
38 cerca de 75%, salvo erro, da questão da eficiência energética da CIMAC, considerando
39 tratar-se de um problema que deveria ter sido salvaguardado, mas que foi registado dessa
40 forma.

41
42 Relativamente às reconciliações bancárias, explicou que os atrasos verificados se
43 deveram à saída de funcionários responsáveis por essa matéria, salientando que a
44 reconciliação bancária não era uma tarefa que pudesse ser desempenhada por qualquer
45 pessoa, reconheceu que houve atrasos significativos que não deveriam ter ocorrido, mas
46 informou que a situação estava a ser resolvida, constatando-se que o processo decorria
47 positivamente, sem serem detetados problemas de maior.

48
49 Quanto à arrecadação de receita, referiu que continuaram a existir dificuldades,
50 nomeadamente nas questões relacionadas com o abastecimento de água, indicou que
51 tinham sido tomadas diversas medidas, destacando que existiam, à data, mais de 300

1 acordos de pagamento com devedores de faturas de água, que, sem proceder ao corte de
2 fornecimento, se procuraram soluções para apoiar, em particular, os munícipes com
3 maiores dificuldades, embora reconhecendo que, em última instância, seria necessário
4 proceder a cortes sempre que a falta de pagamento persistisse, dado que a ausência de
5 consequências incentivava a continuação dessa prática.

6
7 Relativamente ao PPI, salientou que este refletia os pagamentos efetuados e não a
8 execução física, sendo esta substancialmente superior e esclareceu ainda que as diferenças
9 se deviam aos pagamentos que transitaram de um ano para o outro.

10
11 Por fim, aproveitou a sua última intervenção para saudar todos, desejar uma boa
12 campanha eleitoral, expressando o desejo de que esta decorresse com elevação e
13 contribuísse para o futuro do Concelho de Évora e manifestou que fora um prazer ter
14 trabalhado com todos ao longo dos quatro anos de mandato.

15
16 Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu
17 início ao segundo período de intervenção do público, questionando se havia algum
18 pedido.

19
20 Verificando não haver pedidos por parte do público, o **Presidente da Assembleia**
21 **Municipal** deu por terminada a Ordem do Dia.

22 23 **APROVAÇÃO EM MINUTA**

24
25 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Ata em minuta iria ser lida pela
26 2ª Secretária, Maria da Nazaré Pereira Lança.

27
28 *“Aos 19 dias do mês de setembro de 2025, pelas 21 horas no Salão Nobre dos Paços do*
29 *Concelho reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Évora, tendo*
30 *deliberado o seguinte: Foi aprovado por unanimidade a Alteração ao Contrato*
31 *Interadministrativo de Delegação de Competências com a União de Freguesias de*
32 *Malagueira e Horta das Figueiras para o ano 2025.”*
33

34 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou em votação a Ata em minuta.
35 A Assembleia Municipal de Évora deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas
36 as deliberações tomadas da presente Ata, nos termos do nº 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei
37 nº 75/2013, de 12 de setembro.

38
39 Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por
40 terminada a sessão, pelas vinte e três horas e quarenta minutos, da qual para constar se
41 elaborou a presente Ata que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

42 43 44 **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA**

45
46
47 _____
48 *Jorge Quina Ribeiro de Araújo*
49

50
51 **O 1ª SECRETÁRIO**

A 2ª SECRETÁRIA

52
53 _____
54 *Ananias Quintano*

_____ *Maria da Nazaré Lança*